

A equipe e a lei modelo de Cardoso

O governo do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso começou no dia em que disse aos líderes políticos de sua coligação partidária que não aceitará listas de nomes para o Ministério. Quem entrar em lista não entra no Ministério, disse ele, na semana passada.

É lógico que Fernando Henrique ouvirá sugestões, fará consultas, não tirará os nomes apenas de sua privilegiada cabeça. Mas o recado que deu aos representantes dos partidos foi o de que a escolha final será exclusivamente sua. É o presidente quem manda, e se não começasse mandando de agora estaria começando mal.

Essa primeira demonstração de autoridade do futuro presidente imediatamente serviu para conter o ímpeto dos partidos. Hoje, em vez de uma correria em direção aos cargos mais valiosos da administração federal, o que se vê é uma inédita disputa para extinguir boa parte deles, deflagrada pela conversão do outrora clientelista PFL ao evangelho da mais santa e enxuta administração.

Pede-se a extinção de tantos ministérios, entre eles os da Saúde e da Educação, que daqui a pouco se pedirá também a extinção do governo. Saúde e Educação entraram nessa lista talvez porque Fernando Henrique desde o início da campanha eleitoral jurava jamais entregar esses dois ministérios a políticos, muito menos do PFL.

Da mesma maneira, os cargos de segundo escalão que o PFL propõe acabar — Inbra, Sudene, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Dnocs, entre outros — estão hoje em sua maioria nas mãos do PMDB ou de outros partidos menores de esquerda. É de se esperar que o PMDB também divulgue uma lista de cargos que deseja extinguir — e que estão hoje nas mãos do PFL.

Não se fará a reforma da administração assim, mas é estimulante para o futuro presidente saber que há tanto e tão inédito desinteresse pelos cargos públicos. O terreno está limpo, o campo está aberto para Fernando Henrique fazer o que bem entender nessa área. Se deu a primeira bronca, poderá dar a segunda a qualquer momento. Ele é diplomata, habilidoso, mas cada vez mais tem falado na primeira pessoa do singular, como se estivesse procurando se adaptar a um personagem que só tem vida com demonstração de autoridade.

Nem o próprio Fernando Henrique sabe se divulgará os nomes de ministros aos poucos ou de fornada. Sabe apenas que só pretende divulgá-los em dezembro. A idéia de só fazer o anúncio entre o Natal e o Ano-Novo não deve ser levada a sério. É contraproducente escolher ministros a pouquíssimos dias da posse. Eles não teriam o tempo mínimo de preparação para assumir cargos tão importantes.

Também nada indica que ao fazer o anúncio algumas semanas antes o presidente eleito estaria apagando as luzes do governo Itamar, papel que de todas as formas

procura evitar até mesmo quando espalha a preparação do seu próprio governo por três ou quatro sedes diferentes. Em primeiro lugar, porque o governo Itamar está acabando mesmo. Em segundo lugar, porque Itamar tem luz de geração própria, como puderam constatar nos últimos fins de semana os lanterninhas dos cinemas de Brasília.

Mas até lá Fernando Henrique terá que fazer o que sempre fez: levar tudo no gogó. Fez assim durante um ano até completar a teraplenagem do real. Os 53 dias que faltam para o início do governo serão moleza.

Já se pode incluir nessa fase de pura lábia a sugestão que Fernando Henrique fez de aprovação imediata de uma lei de concessão de serviços públicos de sua autoria, empacada no Senado. Esse projeto de lei, que segundo Fernando Henrique seria o ponto de partida de uma fase nova de privatizações, foi apresentado por ele há quatro anos.

O Senado o aprovou, a Câmara o desfigurou totalmente. Voltou ao Senado, que agora, pelo Regimento, só pode fazer supressão de artigos, jamais alterações. Então, ou o aprova com a cara de monstro que tem agora, segundo definição do relator, o senador José Fogaça, ou o derruba de vez.

Do jeito que está o projeto defendido por Fernando Henrique, em cinco anos todas as concessões da União que não foram objeto de licitação deverão ser extintas, e o governo publicará novos editais de concessão. Segundo Fogaça, estatais como a Eletropaulo, Cesp, Cemig, Telebrás, entre outras altamente endividadas e pouco competitivas, terão que ser fechadas porque não conseguirão disputar as novas concessões. "O governo vai fazer o que com as dívidas, os funcionários e o *know-how* delas? O prazo é muito curto. Elas não conseguirão se adaptar em tão pouco tempo. E não há ser humano que consiga fechar uma Cesp num piscar de olhos", diz Fogaça, que é do PMDB, partido do governador de São Paulo.

Em agosto de 1993, Fogaça teve uma reunião sobre esse projeto com Fernando Henrique, então ministro da Fazenda, e com o secretário-executivo do Ministério, Clóvis Carvalho. Ficou combinado que Fernando Henrique iria negociar com as empresas concessionárias de serviços públicos alternativa de tratamentos específicos. O projeto seria aprovado do jeito como está, e um decreto do governo trataria depois de cada caso. As empresas não aceitaram, e o assunto morreu.

"Há dois anos digo a Fernando Henrique que temos que esquecer esse projeto e começar tudo de novo", diz o senador Fogaça. Concretamente, o projeto de Fernando Henrique não anda nem para a frente nem para trás. Sabe quem primeiro o breiou no Senado? O senador mais tucano e mais amigo de Fernando Henrique, Mário Covas, que ao se eleger governador de São Paulo no dia 15 passará a ser o chefe da Cesp.